



ANEXO A.1: SNC – REGIME INTEGRAL

I – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (INDIVIDUAIS)

5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço em 31 de dezembro de 2025

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	272 257 404,66	252 407 001,89
Ativos intangíveis	3	764 590,55	757 389,58
Participações financeiras	9, 18, 20	3 642 552,00	3 642 552,00
Diferimentos	2,4	6 914 340,41	7 874 638,85
		283 578 887,62	264 681 582,32
Ativo corrente			
Inventários	10	1 824 188,85	1 569 256,18
Clientes, contribuintes e utentes	9,18	2 559 625,32	3 336 965,01
Estado e outros entes públicos		216 250,97	262 474,49
Outras contas a receber	18	30 525 164,92	29 735 833,21
Diferimentos	4	1 312 760,52	1 339 188,40
Caixa e depósitos	1	52 491 904,90	53 481 471,42
		88 929 895,48	89 725 188,71
Total do Ativo		372 508 783,10	354 406 771,03
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		98 277 064,28	98 277 064,28
Reservas		8 751 304,33	8 751 304,33
Resultados transitados		154 480 434,95	158 787 025,80
Outras variações no Património Líquido		29 026 202,61	22 050 520,83
Resultado líquido do período		1 595 369,22	-4 241 350,03
Total do Património Líquido		292 130 375,39	283 624 565,21
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	7 038 412,97	5 660 692,18
Financiamentos obtidos	7,18	9 118 163,72	4 551 570,49
Diferimentos	2,4	36 166 870,00	35 286 432,68
Outras contas a pagar		546 733,20	546 733,20
		52 870 179,89	46 045 428,55
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	8 187 758,03	9 047 857,95
Fornecedores	18	6 227 231,11	3 271 211,35
Estado e outros entes públicos		279 007,63	244 967,78
Financiamentos obtidos	7,18	857 342,40	857 342,38
Fornecedores de investimentos	18	1 582 949,73	584 342,35
Outras contas a pagar	18	9 340 311,32	7 484 683,28
Diferimentos	2	1 033 627,60	3 246 372,18
		27 508 227,82	24 736 777,27
Total do Passivo		80 378 407,71	70 782 205,82
Total do Património Líquido e Passivo		372 508 783,10	354 406 771,03

Demonstração de resultados por natureza em 31 de dezembro de 2025

Rui Cristina

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Impostos, contribuições e taxas	14	72 465 061,58	54 831 526,79
Vendas	13	10 565 970,74	10 077 121,12
Prestações de serviços e concessões	13	15 380 635,44	14 862 106,48
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	16 387 521,96	14 556 141,69
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários	10	-7 488 057,18	-6 809 263,61
Fornecimentos e serviços externos	2,21	-41 265 774,24	-35 181 324,94
Gastos com pessoal	19	-32 777 058,88	-30 578 404,00
Transferências e subsídios concedidos		-12 949 088,56	-11 912 889,48
Prestações sociais		-285 691,49	-313 456,04
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9,18	-1 253 633,85	-52 310,27
Provisões (aumentos/reduções)	15	-1 377 719,19	88 647,23
Outros rendimentos	13,14	5 660 681,66	4 195 905,09
Outros gastos		-7 583 340,39	-4 535 968,18
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		15 479 507,60	9 227 831,88
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3,5	-13 600 137,75	-13 442 561,36
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		1 879 369,85	-4 214 729,48
Juros e rendimentos similares obtidos	13	13 701,44	151 396,21
Juros e gastos similares suportados	7	-297 702,07	-178 016,76
Resultado antes de impostos		1 595 369,22	-4 241 350,03
Resultado líquido do período		1 595 369,22	-4 241 350,03

Rui Custina

Anexo às demonstrações
financeiras

Albufeira
Município

Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 Identificação da entidade, período de relato

A informação detalhada da entidade encontra-se no documento n.º 8 “Caraterização da Entidade” (Anexo A.4)

- Designação da entidade: Município de Albufeira
- NIF: 503 539 473
- Endereço: Rua do Município 8201-863 Albufeira
- Período de relato: 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025
- Código da classificação orgânica:
 - 01 Assembleia Municipal;
 - 02 Câmara Municipal;
 - 03 Operações Financeiras;
- Tutela: Ministério da Coesão Territorial – Direção Geral das Autarquias Locais;
- Regime Financeiro: Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
- Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável: Lei n.º 142/85, de 18 de novembro; Lei n.º 28/86, de 23 de agosto;
- Entidades responsáveis pelo controlo das demonstrações financeiras: Tribunal de Contas, Direção Geral das Autarquias Locais, Inspeção Geral de Finanças;
- Recursos Humanos: O número de trabalhadores a 31 de dezembro era de 1457.

1.2 Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

- Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, doravante SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação.
- De referir que se trata do sexto ano em que as presentes demonstrações financeiras foram apresentadas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP) previstas no SNC-AP, a conversão de saldos das contas e rubricas das demonstrações financeiras e demais alterações, foram efetuadas no ano de 2020 e encontram-se evidenciadas no anexo do ano 2020.

As demonstrações financeiras serão submetidas à aprovação da Câmara Municipal e à apreciação e votação da Assembleia Municipal até final de abril, são expressas em Euros, e foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, património líquido, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da relevância, fiabilidade, compreensibilidade, oportunidade, comparabilidade e verificabilidade.

Apresenta-se, de seguida, a desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Q 1 – Caixa e depósitos

Conta	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	6 968,58	5 569,94
Depósitos bancários à ordem	52 484 936,32	53 475 901,48
Total	52 491 904,90	53 481 471,42

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

2.1. Bases de mensuração

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Informação comparativa

Tratando-se do sexto ano de aplicação do normativo SNC-AP, existe informação de base comparativa. A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior nas demonstrações financeiras.

Foi respeitado o Princípio da Continuidade do Município, as políticas contabilísticas adotadas foram consistentes desde o momento de implementação do SNC-AP, ao longo do tempo.

Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo, sendo desta forma proporcionada informação fiável e mais relevante.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma Norma de Contabilidade Pública.

Rui Tursina

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

2.2. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do Município foram as seguintes:

Ativos fixos tangíveis

No âmbito da implementação do novo normativo contabilístico SNC-AP, no ano 2020, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento (CC2), sendo que todos os bens do ativo fixo tangível objeto de reconhecimento foram mensurados pelo seu custo, com exceção dos imóveis adquiridos sem contraprestação que foram mensurados de acordo com o seu Valor Patrimonial Tributário (VPT), conforme indicado no Manual de Implementação do SNC-AP, elaborado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

As depreciações são calculadas após a data em que os bens se encontrem disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2).

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são mensuradas ao custo de aquisição, o qual inclui todos os custos de compra, custos de transformação, custos de transporte e outros custos incorridos.

Participações financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Tendo em conta a ausência de controlo por parte do Município relativamente às suas participações, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade, conforme previsto na NCP 18.



Rédito

Nos rendimentos de transações com contraprestação, o rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal do Município, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Nos rendimentos de transações sem contraprestação, o rédito é reconhecido quando os acontecimentos ocorrem, sendo mensurados ao justo valor à data de aquisição.

Subsídios

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos em diferimentos e no momento em que se consideram cumpridas as condições, são transferidos para o património líquido. No caso dos ativos depreciables devem ser posteriormente imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.



Cientes e contas a receber

São reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Provisões

O reconhecimento de uma provisão ocorre quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de um acontecimento passado, cujo valor é possível estimar com fiabilidade, sendo expectável que origine um exfluxo de recursos.

Fornecedores e contas a pagar

São reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades.

Caixa e depósitos bancários

Correspondem aos valores em caixa e depósitos.

Especialização do exercício

O Município de Albufeira regista os seus rendimentos e gastos de acordo com a especialização do período, onde os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do respetivo recebimento ou pagamento.

2.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos documentos e registos contabilísticos do Município, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para o setor público.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço só são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

[Assinatura]

2.4. Alterações de políticas contabilísticas e erros

Em 2024 houve necessidade de se efetuar uma reexpressão com reporte a 2023, referente a duas situações relacionadas com as concessões da Rede de Transportes Urbanos de Albufeira (Rede Giro) e da Marina de Albufeira, as quais, pese embora não alterassem o Resultado Líquido do Exercício de 2023, deveriam ter sido refletidas no ano 2023, mas que, devido ao desfasamento temporal entre a apresentação da Prestação de Contas de 2023 e a obtenção de informação fidedigna sobre as referidas matérias, não foram consideradas em tempo útil, pelo que essas retificações de períodos anteriores foram efetuadas através do procedimento de reexpressão retrospectiva, conforme previsto na NCP 2 — “Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros”.

Em 2025 não se verificaram alterações a anos anteriores de forma significativa, tendo havido lugar a correções pontuais inexpressivas.

Nota 3 - Ativos intangíveis

Esta norma preconiza que a vida útil de um ativo intangível deve ser sempre determinada tendo em conta os benefícios económicos ou potencial de serviço que o ativo irá proporcionar.

Os fatores que geralmente relevam para a determinação da vida útil de um ativo incluem o uso esperado do ativo e as condições em que esse ativo é utilizado, o período de utilização previsto em acordos e contratos, qualquer disposição contratual ou legal que restrinja o período de uso (controlo) do ativo e ainda a obsolescência do ativo resultante de fatores tecnológicos, de mercado ou de uso deficiente.

No ano de 2020, os ativos intangíveis foram objeto de ajustamentos no âmbito da transição para o novo normativo contabilístico SNC-AP, de acordo com o Manual de Implementação do referido normativo, elaborado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

Rui Tursina

Ponto 3.1 – Ativos Intangíveis gerados internamente e outros

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

No âmbito da presente NCP 3, procede-se às seguintes divulgações:

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

O período de vida útil de um ativo intangível nem sempre é fácil de determinar, mas de acordo com as notas de enquadramento do PCM, as entidades poderão manter os códigos do CIBE para efeitos de inventário e as respetivas vidas úteis, pelo que se mantiveram as vidas úteis dos bens intangíveis que se encontravam inventariados no ano de 2020, e os bens novos do exercício receberam a vida útil de acordo com o preconizado no Manual de Implementação da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) e referido no seu parágrafo introdutório.

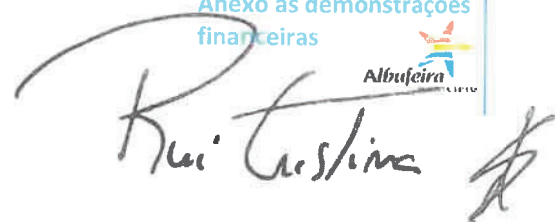
Os bens classificados na conta:

- **442 – Projetos de Desenvolvimento** receberam a vida útil de 3 anos conforme preconizado no Classificador Complementar 2 (CC2);
- **443 – Programas de computador e sistemas de informação** receberam a vida útil de 1 ou 2 anos de acordo com a duração da licença de *software*;
- **444 – Propriedade industrial e intelectual**, receberam a vida útil de acordo com a sua especificidade.

No seguimento de anos anteriores, existem fichas de cadastro atualizados à data do relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil e taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

b) Métodos de amortização

Quanto ao método de amortização usado, este foi o método de cálculo das quotas constantes, em linha reta, em que o tipo de período económico é anual.



c) Quantia escriturada no início e no final do período

No ano de 2020, os ativos intangíveis foram objeto de ajustamentos, no âmbito da transição para o novo normativo contabilístico SNC-AP de acordo com o Manual de Implementação do SNC-AP, elaborado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

Quadro 3.1 — Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	66 564,02	61 480,02		5 084,00	66 564,02	66 564,02		
Programas de computador e sistemas de informação	3 549 408,48	2 817 374,63		732 033,85	4 093 143,30	3 354 324,20		738 819,10
Propriedade industrial e intelectual	5 103,07	4 479,09		623,98	5 103,07	4 573,03		530,04
Outros	271 454,45	251 806,70		19 647,75	299 208,59	273 967,18		25 241,41
Ativos intangíveis em curso								
TOTAL	3 892 530,02	3 135 140,44	0,00	757 389,58	4 464 018,98	3 699 428,43	0,00	764 590,55

d) Evidência da amortização de ativos intangíveis na demonstração de resultados

As amortizações correspondentes aos ativos intangíveis estão refletidas na demonstração de resultados nas contas 643 – Gastos de depreciação e de amortização – Ativos intangíveis, no montante de 564.287,99 €, discriminados da seguinte forma:



Conta PCM	Descrição	Montante
6432	Projetos de desenvolvimento	5 084,00
6433	Programas de computador e sistemas de informação	536 949,57
6434	Propriedade industrial e intelectual	93,94
6436	Outros ativos intangíveis	22 160,48
Total		564 287,99

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no final do período

Quadro 3.2 — Quantia escriturada e variações no período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill									
Projetos de desenvolvimento	5 084,00						-5 084,00		
Programas de computador e sistemas de informação	732 033,85	543 734,82					-536 949,57		738 819,10
Propriedade industrial e intelectual	623,98						-93,94		530,04
Outros	19 647,75	27 754,14					-22 160,48		25 241,41
Ativos intangíveis em curso									
TOTAL	757 389,58	571 488,96	0,00	0,00	0,00	0,00	-564 287,99	0,00	764 590,55

- i) As adições provenientes de desenvolvimento interno e as adquiridas separadamente encontram-se evidenciadas no quadro 3.2 Quantia escriturada e variações no período;

Quadro 3.2-A — Desagregação das adições

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou Troca	Doação	Dação em Pagamento	Locação Financ.	Fusão	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação		543 734,82								543 734,82
Propriedade industrial e intelectual										
Outros		27 754,14								27 754,14
Ativos intangíveis em curso										
TOTAL	0,00	571 488,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	571 488,96

ii) Não ocorreram revalorizações no período;

iii) Não houve lugar a perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante período;

iv) Não houve lugar a perdas por imparidade revertidas nos resultados do período;

v) As amortizações reconhecidas durante o período constam no quadro 3.2 Quantia escriturada e variações no período;

vi) Não se verificaram diferenças cambiais.

Quadro 3.2-B — Desagregação das diminuições

RUBRICAS	Diminuições				
	Allienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Goodwill					
Projetos de desenvolvimento					
Programas de computador e sistemas de informação					
Propriedade industrial e intelectual					
Outros					
Ativos intangíveis em curso					
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

- i) Não houve lugar a diminuições no período.

Ponto 3.2 – Ativos Intangíveis – outras divulgações

- a) A quantia de ativos intangíveis escriturada no final do período corresponde ao valor de 764.590,55 €.
- b) Todos os ativos intangíveis adquiridos foram escriturados ao preço de custo, não existindo ativos intangíveis adquiridos através de uma transação sem contraprestação;
- c) Não existem ativos intangíveis cuja titularidade esteja restringida e cujas quantias escrituradas tenham sido dadas como garantia de passivos;
- d) A quantia de compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis, existentes a 31 de dezembro, no âmbito de *software* informático e investimentos incorpóreos ascende a 1.415.513,87 €;
- e) Não existiram ativos intangíveis mensurados após reconhecimento que tenham sofrido revalorizações nos termos dispostos aplicáveis.

Ponto 3.5 – Ativos Intangíveis – outras situações

- a) A descrição dos ativos intangíveis totalmente amortizados ainda em uso, constam discriminados no mapa 3.5 a) constante no anexo ao presente documento.

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

Ponto 4.1 – Divulgações respeitantes a acordos de concessão de serviços

No âmbito da aplicação da NCP 4, o concedente reconhece um ativo de concessão e contabiliza o mesmo como um ativo fixo tangível de acordo com a NCP 5.

No âmbito da implementação do novo normativo contabilístico SNC-AP, no ano 2020, foram identificados os acordos de concessão enquanto concedente e os respetivos ativos de concessão que não estavam registados como ativo no município, em que o concedente controla qualquer interesse residual no ativo, nomeadamente a entrega dos ativos por parte dos concessionários no final dos termos do acordo, tendo-se procedido ao reconhecimento dos ativos de concessão abaixo indicados, nos seguintes termos:

- Exploração dos parques de estacionamento P5 e P6 e estacionamento à superfície na Avenida da Liberdade:
 - Parque de estacionamento P5, pelo valor patrimonial tributário (VPT) e pela vida útil estabelecida no Classificador Complementar 2 (CC2) para este tipo de ativo, uma vez que, embora tenha sido facultada informação, a mesma não continha os elementos necessários para aferir o montante do ativo de concessão;
 - Parque de estacionamento P6, pelo valor patrimonial tributário (VPT) do terreno, e pela vida útil estabelecida no Classificador Complementar 2 (CC2) para este tipo de ativo, pelo valor já refletido no património do município, no que respeita à construção das fundações. Relativamente à restante construção do parque de estacionamento, não foi considerado como ativo fixo tangível de concessão, uma vez que não foi disponibilizada informação, em tempo útil, por parte do concessionário que efetuou a obra pública;
- Distribuição de energia de baixa tensão (EDP) - O reconhecimento do ativo de concessão foi efetuado de acordo com a informação contabilística, facultada pela entidade;

- Concessão, construção e exploração do crematório de Albufeira - Relativamente à concessão, construção e exploração do Crematório de Albufeira, importa referir que a parcela do terreno onde se encontra instalado o referido crematório está inserida na totalidade do terreno do cemitério, o qual já se encontra registado no património do município, não sendo passível a sua individualização como ativo de concessão, em termos da aplicação informática do património (SNP).


No decurso do ano de 2021, não foram celebrados novos acordos de concessão, tendo-se mantido os acordos existentes no ano transato, na sequência da disponibilização por parte da entidade concessionária dos registos contabilísticos referentes ao valor do parque de estacionamento P6 (edifício), foi possível efetuar os correspondentes registos, sendo que no que concerne aos restantes ativos de concessão, procedeu-se aos lançamentos contabilísticos inerentes à continuidade das mesmas.

No ano de 2022, foi celebrado um novo contrato de Concessão da Rede de Transportes Urbanos de Albufeira (Rede Giro) tendo os respetivos ativos de concessão constantes no contrato sido reconhecidos e registados pelo custo de aquisição/construção. Relativamente aos restantes ativos de concessão, procedeu-se aos lançamentos contabilísticos inerentes à continuidade das mesmas.

Relativamente ao ano de 2023, procedeu-se apenas aos lançamentos contabilísticos inerentes à continuidade dos ativos de concessão existentes, ficando por reconhecer os montantes resultantes dos pagamentos ocorridos no ano 2023 e que irão manter-se nos anos seguintes, correspondentes à duração da Concessão da Rede de Transportes Urbanos de Albufeira (Rede Giro).

Constatou-se também no ano de 2023 que, no decurso das delegações de competências do Estado para os órgãos dos municípios, de competências no domínio das áreas portuárias e marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária, a concessão da Marina de Albufeira seria, eventualmente, para considerar como um ativo de concessão, no entanto, a obtenção de informação fidedigna sobre as referidas matérias impossibilitou essa consideração, em tempo útil, na prestação de contas do ano de 2023.

No âmbito dos ativos de concessão, no ano de 2024, procedeu-se ao reconhecimento das seguintes situações:

- 
- Foi refletida a despesa resultante dos pagamentos ocorridos no ano 2023 e que irão manter-se nos anos seguintes, com as devidas atualizações resultantes dos termos constantes no caderno de encargos, correspondentes à duração da Concessão da Rede de Transportes Urbanos de Albufeira (Rede Giro);
 - Foi considerado o contrato de concessão para exploração do porto de recreio designado por Marina de Albufeira que advém do protocolo assinado entre a Docapesca-Portos e Lotas S.A. e o Município de Albufeira no âmbito da transferência para os órgãos dos municípios de competências, no domínio das áreas portuárias e marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária. Assim, consequentemente, o contrato de concessão para exploração da Marina de Albufeira celebrado entre o Estado Português e a empresa ALBUMARINA – Sociedade Gestora de Marinas, S.A. a 22 de maio de 2007 continua em vigor e o concedente deixa de ser o Estado Português e passa a ser Município de Albufeira, nos direitos e deveres que daí advêm.
 - No balanço de 2024 houve lugar à inscrição de retificações a anos anteriores através da reexpressão retrospectiva prevista na NCP 2.

No âmbito dos ativos de concessão, no ano de 2025, procedeu-se aos lançamentos contabilísticos relativos ao ano transato e ao recálculo dos anos anteriores para o contrato de concessão para exploração da Marina de Albufeira.

Relativamente aos restantes ativos de concessão, procedeu-se aos lançamentos contabilísticos inerentes à continuidade das mesmas.

Importa ainda, sobre esta matéria, realçar que relativamente ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no Município de Albufeira, a informação que foi enviada pela entidade, não permite identificar a existência de novos ativos de concessão, assim como aferir os montantes atuais existentes inerentes à concessão, motivo pelo qual, por razões alheias e inimputáveis ao Município de Albufeira e na falta de informação atempadamente credível, optou-se por considerar os montantes e lançamentos contabilísticos inerentes à continuidade da concessão referida.

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais.

Quadro 4 — Contratos de concessão (concedente)

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Contrato de concessão da exploração dos parques de estacionamento P5 e P6 e do estacionamento à superfície na Av. da Liberdade, em Albufeira, e de obra pública	Circulo Digital, S.A.	Parque de estacionamento P5; Parque de Estacionamento P6; Estacionamento à superfície	01/06/2012 a 31/05/2032	*			
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no município de Albufeira	EDP Distribuição	Energia Elétrica em baixa tensão (Edifícios, Equipamento)	01/10/2011 a 30/09/2021	**			
Contrato de concessão da concessão, construção e exploração do Crematório de Albufeira	Cremal - Crematórios do Algarve, Lda	Terreno; Edifício; Equipamento (Forno de cremação e câmara frigorífica)	12/07/2018 a 11/07/2048	*			
Contrato de concessão de rede de transportes urbanos de Albufeira (rede GIRO)***	Translagos- Transportes Públicos, Lda.	Estação Central de Camionagem de Albufeira (EEC); Abrigos	01/12/2022 a 01/12/2032	11 383 595,49	2 218 488,77	1 111 713,72	8 053 393,00
Contrato de concessão para exploração da Marina de Albufeira	Albumarina-Sociedade Gestora de Marinas, S.A.	Porto destinado à navegação de recreio designado por Marina de Albufeira	22/05/2007 a 22/05/2082	*			

* Recebimento anual variável em função do tipo de receita cobrada, conforme estipulado nas peças do procedimento de contratação pública. ** Valor da renda determinado por portaria ministerial. ***Contrato atualizado nos termos definidos do caderno de encargos

Apresenta-se no mapa seguinte o valor patrimonial bruto e líquido das concessões:

Descrição	Valor patrimonial bruto	Valor patrimonial líquido
Concessão EDP	6 081 942,00	4 583 977,00
Concessão EDP - Equipamento	957 473,00	382 989,20
Concessão Crematório - Edifício	561 120,33	448 896,27
Concessão Crematório - Equipamento	220 850,73	88 340,29
Concessão do Parque de Estacionamento P5	2 955 662,12	2 600 982,68
Concessão do Parque de Estacionamento P6	2 068 000,23	1 575 619,23
Concessão da Rede de Transportes Urbanos de Albufeira (Rede Giro) - Central de camionagem	1 288 719,24	773 231,56
Concessão da Rede de Transportes Urbanos de Albufeira (Rede Giro) - Equipamento	4 392,25	2 635,35
Concessão da Marina de Albufeira	16 713 461,25	16 137 134,99
	30 851 621,15	26 593 806,57

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

Ponto 5.1 – Divulgações

No âmbito da implementação do novo normativo contabilístico SNC-AP, no ano 2020, foi efetuada uma mera conversão dos saldos das contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP, nos termos do manual de implementação do SNC-AP, elaborado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

a) Bases de mensuração

No ano de 2020, na transição para o SNC-AP, procedeu-se à transferência das contas em conformidade com a correta correspondência entre o Plano de Contas Geral (PCG) estabelecido no POCAL e o Plano de Contas Multidimensional (PCM) inerente ao SNC-AP e às correspondências/equivalências do Cadastro de Inventário de Bens do Estado (CIBE) para o Classificador Complementar 2 do Património (CC2), bem como aos procedimentos ao nível das depreciações nos termos da FAQ 44 da Comissão de Normalização Contabilística, a qual preconiza que as depreciações devem ser incrementadas ou

reduzidas por contrapartida de uma conta de ajustamentos de transição para o SNC-AP para o efeito, 564 – Ajustamentos de transição para o SNC-AP.

No decurso dos anos 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025, considerando que todos os ajustamentos necessários à transição foram efetuados no ano de implementação do SNC-AP, a conta 564 – Ajustamentos de transição para o SNC-AP, não teve quaisquer movimentos, mantendo o saldo do ano anterior.

É apropriado lembrar que relativamente aos ativos adquiridos mediante transação sem contraprestação, no âmbito do processo de implementação do SNC-AP, no ano de 2020, utilizou-se a opção prevista nas regras de transição do SNC-AP, nos termos da Norma de Contabilidade Pública - NCP 5, que consubstancia na valorização dos edifícios segundo o Valor Patrimonial Tributário (VPT), tendo-se procedido da seguinte forma:

- Imóveis sem valor inicial e sem valor atual – Foi-lhes atribuído o valor do VPT, sendo que em casos onde existisse terreno com construção edificada, nas mesmas condições, se conferiu o valor de 25% ao terreno e 75% à construção, tendo por base os critérios fiscais (n.º 3 do artigo 10.º do Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro).
- Imóveis sem valor inicial, com capitalizações ao longo do tempo – Procedeu-se à anulação de todas as capitalizações e respetivas depreciações acumuladas, por contrapartida de uma conta de ajustamentos de transição para o SNC-AP, criada para o efeito (564), conferindo-se-lhes de seguida o valor do VPT. Nesta situação, existiam casos particulares em que ou o terreno ou a construção possuíam valor inicial, pelo que o ativo que dispunha de valor inicial (adquirido com contraprestação) não foi avaliado ao VPT, ficando com o valor que detinha da contraprestação, enquanto o ativo que não tinha qualquer valor inicial foi avaliado ao VPT por 25% ou 75% consoante se tratasse de terreno ou construção, respetivamente.

Adicionalmente, verificou-se a existência de alguns bens sem valor inicial aos quais não foi atribuído o VPT, por não dispormos da caderneta predial pelo facto de essencialmente, os mesmos não estarem

no nome do município (por exemplo, os cedidos em direitos de superfície, cujo controlo continua do lado do município), ou terrenos/edifícios em que não foi possível efetuar o respetivo registo, por falta de documentação e para os quais também não possuímos o VPT.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2020 foram mensurados pelo seu custo de aquisição ou produção, sendo as depreciações calculadas após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização em conformidade com o período de vida útil máximo constante no Classificador Complementar 2 do Património (CC2).

No exercício findo, os ativos tangíveis foram mensurados ao custo de aquisição, ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para os colocar na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção / desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas. Estes podem consubstanciar-se em ativos tangíveis em curso do domínio público ou ativos tangíveis em curso do domínio privado.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias significativas nos ativos tangíveis foram registadas como gastos do período.

b) Métodos de depreciação

As depreciações correspondem a desvalorização normal dos ativos fixos tangíveis, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no Classificador Complementar 2 (CC2).

As depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados, ou seja, quando os ativos se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação utilizadas

Convém referir que, no âmbito do processo de implementação do SNC-AP, no ano de 2020, procedeu-se à:

- Alteração da vida útil dos bens do ativo que se enquadravam na classificação de “Edifícios e Outras Construções”, de acordo com as notas de enquadramento da Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho, como é o caso dos ativos com 80 anos de vida útil que passaram a ter 50 anos de vida útil;
- Subtração entre a vida útil definida pelo SNC-AP e a vida útil já decorrida em termos de CIBE, com as demais implicações envolvidas ao nível das depreciações nos termos da FAQ 44 da Comissão de Normalização Contabilística, a qual preconiza que as depreciações devem ser incrementadas ou reduzidas por contrapartida de uma conta de ajustamentos de transição para o SNC-AP para o efeito, 564 – Ajustamentos de transição para o SNC-AP.

No exercício de 2021, 2022, 2023, 2024 e no exercício findo, considerando que todos os ajustamentos necessários à transição foram efetuados no ano de implementação do SNC-AP, a conta 564 – Ajustamentos de transição para o SNC-AP, não teve quaisquer movimentos, mantendo o saldo do ano anterior.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil que constam no Classificador Complementar 2 (CC2).

d) Quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada

A quantia escriturada bruta no início do período corresponde ao montante de 499.270.073,52 € e no final do período a 530.861.442,39 €.

A depreciação acumulada no início do período ascende ao valor de 246.863.071,63 € e no final do período a 258.064.037,73 €.

e) Reconciliação da quantia escriturada início e fim do período

- i) As adições encontram-se evidenciadas no quadro 5.2 Quantia escriturada e variações no período;
- ii) Ocorreram alienações no período;
- iii) Não houve lugar a aumentos ou diminuições resultantes de extinção, fusão e reestruturação de entidades;
- iv) Não houve lugar a aumentos ou diminuições resultantes de revalorizações e perdas por imparidade reconhecidas ou revertidas diretamente no património líquido;
- v) Não se verificaram perdas por imparidade e reversões de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados;
- vi) A depreciação líquida do período ascende ao valor de 11.740.966,10 €;
- vii) Não se verificaram diferenças cambiais.

Ponto 5.2 – Ativos fixos tangíveis – outras divulgações

- a) Não se verifica a existência e quantias de restrições de titularidade e os ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos;
- b) Não existem dispêndios reconhecidos na quantia escriturada de um ativo fixo tangível no decurso da sua construção;
- c) A quantia de compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis do período corresponde ao montante de 44.437.591,51 €;

Ponto 5.6 – Ativos fixos tangíveis – outras situações

- a) Não existem ativos fixos tangíveis temporariamente sem uso;
- b) As descrições dos ativos intangíveis totalmente amortizados ainda em uso constam discriminados no mapa 5.6 b) constante no anexo ao presente documento.

Em 31 de dezembro de 2025, os movimentos ocorridos referentes aos ativos fixos tangíveis encontram-se evidenciados nos quadros seguintes.

Quadro 5.1 – Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	1 117 609,53			1 117 609,53	1 117 609,53			1 117 609,53
Edifícios e outras construções	18 665 311,88	11 548 546,77		7 116 765,11	19 466 504,21	12 241 148,02		7 225 356,19
Infraestruturas	200 104 962,32	152 247 768,61		47 857 193,71	204 942 540,94	157 377 610,81		47 564 930,13
Património histórico, artístico e cultural	1 221 066,85	64 075,00		1 156 991,85	1 619 960,35	64 225,00		1 555 735,35
Outros								
Bens de domínio público em curso	10 826 596,75			10 826 596,75	20 123 879,97			20 123 879,97
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções	7 370 661,24	1 641 303,08		5 729 358,16	7 370 661,24	2 013 452,68		5 357 208,56
Infraestruturas	16 713 461,25	288 163,13		16 425 298,12	16 713 461,25	576 326,26		16 137 134,99
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
Equipamento administrativo	961 865,25	480 054,18		481 811,08	961 865,25	576 240,70		385 624,55
	256 981 535,07	166 269 910,77	0,00	90 711 624,30	272 316 482,74	172 849 003,47	0,00	99 467 479,27
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	29 585 389,35			29 585 389,35	30 911 899,77			30 911 899,77
Edifícios e outras construções	145 708 716,49	38 198 169,96		107 510 546,53	150 556 987,63	41 921 838,69		108 635 148,94
Equipamento básico	21 584 383,48	17 419 814,55		4 164 568,93	21 603 092,29	17 628 795,07		3 974 297,22
Equipamento de transporte	8 963 050,25	8 300 426,10		662 624,15	8 897 060,13	8 379 558,56		517 501,57
Equipamento administrativo	11 451 675,22	9 810 840,82		1 640 834,40	11 682 016,55	10 359 504,01		1 322 512,54
Equipamentos biológicos	1 967 399,99	1 861 057,39		106 342,60	2 079 348,44	1 956 830,83		122 517,61
Outros	5 095 821,11	4 109 435,63		986 385,48	5 391 439,51	4 416 712,16		974 727,35
Ativos fixos tangíveis em curso	12 126 459,15			12 126 459,15	21 617 481,92			21 617 481,92
Outros ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções	5 584 782,68	782 991,05		4 801 791,63	5 584 782,68	959 284,50		4 625 498,18
Equipamento básico								
Equipamento de transporte								
Equipamento administrativo	220 850,73	110 425,37		110 425,37	220 850,73	132 510,44		88 340,29
Equipamentos biológicos								
Outros								
Ativos fixos em concessão em curso								
	242 288 538,45	80 593 160,87	0,00	161 695 377,59	258 544 959,65	85 755 034,26	0,00	172 789 925,39
TOTAL	499 270 073,52	246 863 071,63	0,00	252 407 001,89	530 861 442,39	258 604 037,73	0,00	272 257 404,66

Quadro 5.2 – Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada inicial	Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	1 117 609,53								1 117 609,53
Edifícios e outras Infraestruturas	7 116 765,11 47 857 193,71	166 405,64 1 403 819,64	634 786,69 3 443 173,66				-692 601,25 -5 129 842,20	-9 414,68	7 225 356,19 47 564 930,13
Património histórico, artístico e cultural	1 156 991,85	435 438,00	31 720,50				-150,00	-68 265,00	1 555 735,35
Outros									
Bens de domínio público em curso	10 826 596,75	15 040 851,43	-4 323 236,78					-1 420 331,43	20 123 879,97
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções	5 729 358,16						-372 149,60		5 357 208,56
Infraestruturas	16 425 298,12						-288 163,13		16 137 134,99
Património histórico, artístico e cultural									
Ativos fixos em concessão em curso									
Equipamento administrativo	481 811,07						-96 186,53		385 624,55
	90 711 624,30	17 046 514,71	-213 555,93	0,00	0,00	0,00	-6 579 092,71	-1 498 011,11	99 467 479,27
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	29 585 389,35	1 326 510,42							30 911 899,77
Edifícios e outras construções	107 510 546,53	2 585 807,72	2 265 517,26				-3 723 668,73	-3 053,84	108 635 148,94
Equipamento básico	4 164 568,93	995 955,44					-208 980,52	-977 246,63	3 974 297,22
Equipamento de transporte	662 634,15	225 725,39					-79 132,46	-291 725,51	517 501,57
Equipamento administrativo	1 640 834,40	240 242,61					-548 663,19	-9 901,28	1 322 512,54
Equipamentos biológicos	106 342,60	111 948,45					-95 773,44		122 517,61
Outros	986 385,48	347 843,69					-307 276,53	-52 225,29	974 727,35
Ativos fixos tangíveis em curso	12 126 459,15	12 093 926,86	-2 051 961,33					-550 942,76	21 617 481,92
Outros ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções	4 801 791,63						-176 293,45		4 625 498,18
Equipamento básico									
Equipamento de transporte									
Equipamento administrativo	110 425,37						-22 085,07		88 340,30
Equipamentos biológicos									
Outros									
Ativos fixos em concessão em curso									
	161 695 377,59	17 927 960,58	213 555,93	0,00	0,00	0,00	-5 161 873,39	-1 885 095,31	172 789 925,40
TOTAL	252 407 001,89	34 974 475,29	0,00	0,00	0,00	0,00	-11 740 966,10	-3 383 106,42	272 257 404,66

Quadro 5.2 – A – Desagregação das adições

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança e outros	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão e reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções		166 405,64									166 405,64
Infraestruturas		1 381 736,64								22 083,00	1 403 819,64
Património histórico, artístico e cultural		435 438,00									435 438,00
Outros											
Bens de domínio público em curso		15 039 344,68								1 506,75	15 040 851,43
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Equipamento administrativo											
	0,00	17 022 924,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23 589,75	17 046 514,71
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais		758 227,65								568 282,77	1 326 510,42
Edifícios e outras construções		2 226 512,43								359 295,29	2 585 807,72
Equipamento básico		995 955,44									995 955,44
Equipamento de transporte		225 725,39									225 725,39
Equipamento administrativo		240 242,61									240 242,61
Equipamentos biológicos		111 948,45									111 948,45
Outros		347 843,69									347 843,69
Ativos fixos tangíveis em curso		12 093 926,86									12 093 926,86
Outros ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Equipamento básico											
Equipamento de transporte											
Equipamento administrativo											
Equipamentos biológicos											
Outros											
Ativos fixos em concessão em curso											
	0,00	17 000 382,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	927 578,06	17 927 960,58
TOTAL	0,00	34 023 307,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	951 167,81	34 974 475,29

Quadro 5.2 – B – Desagregação das diminuições

RUBRICAS	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas					-9 414,68	-9 414,68
Património histórico, artístico e cultural					-68 265,00	-68 265,00
Outros						
Bens de domínio público em curso					-1 420 331,43	-1 420 331,43
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Equipamento administrativo						
	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 498 011,11	-1 498 011,11
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções					-3 053,84	-3 053,84
Equipamento básico					-977 246,63	-977 246,63
Equipamento de transporte					-291 725,51	-291 725,51
Equipamento administrativo					-9 901,28	-9 901,28
Equipamentos biológicos						
Outros					-52 225,29	-52 225,29
Ativos fixos tangíveis em curso					-550 942,76	-550 942,76
Outros ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo						
Equipamentos biológicos						
Outros						
Ativos fixos em concessão em curso						
	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 885 095,31	-1 885 095,31
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 383 106,42	-3 383 106,42

Concernente a todos os quadros dos ativos tangíveis, para melhor se espelhar a realidade municipal, procedeu-se à desagregação dos valores dos ativos tangíveis em curso, consoante se tratasse de domínio público ou de domínio privado, ajustando-se os valores em conformidade.

Na sua generalidade, estes ativos em curso dizem respeito a obras ainda não finalizadas e ou onde não estão reunidas todas as condições para serem reconhecidos como capital fixo.

Nota 7 – Custos dos empréstimos obtidos

A política contabilística adotada no âmbito da contratação dos empréstimos existentes à data de 31 de dezembro de 2025 correspondeu a regimes contabilísticos anteriores à entrada em vigor do SNC-AP.

Em 2023 iniciou-se um processo de contratação de um empréstimo para investimento, até ao montante de 17.600.000,00 €, pelo prazo de 20 anos e com um período de carência de até 36 meses, com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Albufeira, C.R.L.

O contrato com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Albufeira, C.R.L, foi assinado em 10/01/2024, tendo obtido o Visto do Tribunal de Contas em 05/04/2024.

Destina-se a financiar os seguintes investimentos:

- Construção de Lar, Apoio Domiciliário e Centro de dia – Fontainhas (parte) – no valor de 5.890.000,00€;
- Criação de Unidade de Cuidados Continuados na Guia (parte) – no valor de 2.326.000,00 €;
- Construção de Fogos de Habitação Social – Quinta dos Barros – Calços (parte) – no valor de 1.500.000,00 €;
- Requalificação da Avenida Sá Carneiro e zonas envolventes – obra (parte) – no valor de 1.500.000,00€;
- Requalificação da Rua António Aleixo -obra (parte) – no valor de 3.612.00,00 €;
- Requalificação da Rua do MFA e arruamentos adjacentes – obra (parte) – no valor de 1.500.000,00 €;
- Requalificação do parque de estacionamento da Nora – no valor de 1.272.000,00 €.

No ano de 2025, iniciou-se o procedimento para realização de um aditamento ao contrato de empréstimo em questão, com vista à reafecção de verbas entre os investimentos, cujas empreitadas

ainda não se iniciaram, de acordo com o respetivo grau de maturidade. O investimento designado por Construção de Fogos de Habitação Social – Quinta dos Barros – Calijos (parte) passa a ter a verba financiada no montante de 3.000.000,00 €, por apresentar o maior grau de maturidade, por contrapartida da eliminação do investimento que apresenta o menor grau de maturidade, designado por Requalificação da Avenida Sá Carneiro e zonas envolventes – obra (parte) – no valor de 1.500.000,00 €.

O processo relativo ao aditamento ao contrato para investimento encontra-se a aguardar Visto por parte do Tribunal de Contas.

Em 31 de dezembro de 2025 o empréstimo acima referido encontrava-se ainda no período de utilização, tendo sido utilizado o montante de 7.189.143,26 €, de acordo com o investimento realizado, tendo ocorrido o pagamento do encargo relativo a juros no valor de 79.860,42 €.

Aquando da contratação do empréstimo, que consta no quadro abaixo apresentado, foram cumpridas as disposições estabelecidas relativas ao regime de crédito dos municípios previsto nos diplomas legais vigentes à data da contratação dos mesmos.

Importa aludir que não existem montantes vencidos e não pagos a 31 de dezembro de 2025.

A informação correspondente ao custo do empréstimo obtido, amortizações e juros e outras informações relevantes constam no quadro seguinte:

Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Capital	Pagamentos efetuados									Capital em dívida no ano 2025		Amortizações médias de capital	
	N.º do contrato	Nome da instituição				Utilização	Amortização do capital			Juros			Outros encargos			(a)	Em 01.01	Em 31.12	Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)
							Até 2025	Ano 2025	Previsões após 2025	Até 2025	Ano 2025	Previsões após 2025	Até 2025	Ano 2025	Previsões após 2025				
Curto Prazo																			
Total CP																			
Médio e Longo Prazo Não Isentos	29020	NOVO BANCO	04/11/2008	20	17	15 432 163,56	11 788 458,28	857 342,42	2 786 362,86	1 248 200,58	98 001,14	200 800,00	0,00	0,00	0,00	3 643 705,28	2 786 362,86	871 631,46	
	58027290692	CCAM	10/01/2024	20	1	7 189 143,26	0,00	0,00	17 600 000,00	0,00	79 860,42	7 070 888,94	0,00	0,00	0,00	1 765 207,59	7 189 143,26		
SubTotal						22 621 306,82	11 788 458,28	857 342,42	20 386 362,86	1 248 200,58	177 861,56	7 271 688,94	0,00	0,00	0,00	5 408 912,87	9 975 506,12	871 631,46	
Total MLP						22 621 306,82	11 788 458,28	857 342,42	20 386 362,86	1 248 200,58	177 861,56	7 271 688,94	0,00	0,00	0,00	5 408 912,87	9 975 506,12	871 631,46	
Total Geral						22 621 306,82	11 788 458,28	857 342,42	20 386 362,86	1 248 200,58	177 861,56	7 271 688,94	0,00	0,00	0,00	5 408 912,87	9 975 506,12	871 631,46	

Nota 9 – Imparidade de ativos

Apresenta-se de seguida a informação respeitante à imparidade de ativos.

Quadro 9.1 – Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade acumulada	Reversão de imparidades	Quantia Recuperável
Cientes, contribuintes e utentes	7 764 138,63	5 204 514,91	1,60	2 559 625,32
Investimentos financeiros	3 693 431,79	50 879,79		3 642 552,00
TOTAL	11 457 570,42	5 255 394,70	1,60	6 202 177,32

Ponto 9.1 – Divulgações respeitantes a imparidade de ativos

No âmbito da aplicação da NCP 9, foram identificados os seguintes ativos:

- Não geradores de caixa: Investimentos financeiros;
- Geradores de caixa: Clientes, contribuintes e utentes.

Divulgações específicas - Ativos não geradores de caixa

No âmbito da aplicação da NCP 9, no que concerne aos investimentos financeiros esta matéria será abordada na nota 18 – Instrumentos financeiros.

Divulgações específicas - Ativos geradores de caixa

Concernente aos ativos geradores de caixa a matéria será melhor explanada no ponto 9.5.

Ponto 9.5 – Divulgações – Perda por imparidade revertida durante o período

- a) Com a implementação do SNC-AP procedeu-se à alteração do critério estabelecido no POCAL, tendo-se adotado o critério baseado no apuramento da totalidade das dívidas em mora há mais de 12 meses, existentes a 31-12-2025;
- b) Verificou-se reversão de imparidades no valor de 1,60€;
- c) A natureza do ativo gerador de caixa, corresponde a dívidas por pagar – faturação emitida inerente a cliente, contribuintes e utentes, respeitantes à venda de água, tratamento do saneamento e resíduos sólidos;
- d) No que concerne à unidade geradora de caixa:
 - i. Trata-se da venda de água à população, bem como à prestação de serviços de tratamento do saneamento e resíduos sólidos;
 - ii. Verificou-se a reversão de imparidades;
 - iii. A agregação de ativos para identificar a unidade geradora de caixa manteve o critério de cálculo conforme referido na alínea a);
- e) A quantia corresponde ao valor da faturação de água emitida aos consumidores por receber, há mais de 12 meses, existentes a 31-12-2025.

Ponto 9.7 – Pressupostos usados para determinação da quantia recuperável de ativos

Os pressupostos usados para determinar a quantia recuperável de ativos durante o período baseou-se no apuramento da totalidade das dívidas em mora há mais de 12 meses, existentes a 31-12-2025, por se considerar o mais adequado para este tipo de dívida.

Denote-se que o conteúdo da presente Nota 9, também deverá ser tido em conta na Nota 18 – Instrumentos Financeiros.

Nota 10 – Inventários

No âmbito da presente NCP 10, procede-se às seguintes divulgações:

- a) A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.
- b) A quantia total registada de inventários é 1.824.188,85 €, sendo que a mesma se encontra escriturada nas seguintes classificações:

- 322 – Livraria, papelaria e artigos institucionais para venda – 94.830,99 €
- 33412 – Outras peças para manutenção-Máquinas e Viaturas – 8.091,16 €
- 338111 – Gasóleo – Máquinas e Viaturas – 36.148,77 €
- 338121 – Gasolina – Máquinas e Viaturas – 37.376,49 €
- 338131 – Óleos e Lubrificantes – Máquinas e Viaturas – 10.664,14 €
- 3383 – Artigos de Higiene e Limpeza – 72.998,64€
- 33891 – Outros – 1.564.078.66 €

Quadro 10.1 – Inventários

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	94 830,99		94 830,99
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 729 357,86		1 729 357,86
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	1 824 188,85	0,00	1 824 188,85

c) A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado não sendo aplicável o critério de registo pelo justo valor menos os custos de venda.

d) A quantia de inventários reconhecida como gasto durante o período é 7.488.057,18 €, sendo que a mesma se encontra escriturada nas seguintes classificações:

- 6112 - Livraria, papelaria e artigos institucionais para venda – 1.145,55 €
- 6117 – Água – 6.173.126,19 €
- 612511 – Pneus-Máquinas e viaturas – 38.037,67 €
- 612512 – Outras peças para manutenção - máquinas e viaturas – 2.651,55 €
- 6129111 – Gasóleo – 328.378,01 €
- 6129121 – Gasolina – 63.114,17 €
- 6129131 – Óleos e Lubrificantes – 6.917,36 €
- 61293 – Artigos de Higiene e Limpeza – 90.024,39 €
- 612991 – Outros – 784.662,29 €

Quadro 10.2 – Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/ gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)- /(4)-(5)+(6)- (7)+(8)
Mercadorias	95 976,54	6 173 126,19	6 174 271,74						94 830,99
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 473 279,64	1 887 083,55	1 313 785,44				317 219,89		1 729 357,86
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
TOTAL	1 569 256,18	8 060 209,74	7 488 057,18	0,00	0,00	0,00	317 219,89	0,00	1 824 188,85

- e) Na demonstração de resultados do período não foi reconhecida qualquer reversão de perda por imparidade respeitante a inventários.
- f) Não foi escriturada qualquer quantia de inventários dados como penhor de garantia a passivos.

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

A política contabilística adotada para reconhecimento do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, consubstancia-se essencialmente no reconhecimento do rendimento no período a que o mesmo diz respeito.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Importa referir que a 25 de outubro de 2024, foi aprovado o novo Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira que entrou em vigor no 15.º dia seguinte à sua publicação no Diário da República.

Obteve-se assim, as primeiras receitas provenientes da aplicação da Taxa Turística as quais faltavam ainda receber 375 383,00 € em 31 de dezembro de 2025.

Quadro 13.1 – Rendimentos com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas específicas das autarquias locais	15 437 475,25			375 383,00	
Multas e outras penalidades	1 252 558,26				
Vendas					
Mercadorias	10 560 247,26		2 965 791,20	3 104 589,00	
Produtos acabados e intermédios	3 434,48				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	2 289,00				
Prestação de serviços					
Serviços específicos das autarquias locais	14 177 631,12				
Concessões	954 877,78				
Vistorias e ensaios	5 576,92				
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	12 500,10				
Aluguer de equipamentos	226 393,48				
Outros serviços	3 656,04				
Outros rendimentos					
Rendimentos suplementares	30 231,00				
Ganhos em inventários	90 365,58				
Rendimentos em investimentos não financeiros	3 584 711,59		755 306,56	1 377 525,14	
Correções relativas a períodos anteriores	1 220 656,06				
Outros não especificados	8 271,37				
Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Juros, dividendos e outros similares	13 701,44				
TOTAL	47 584 576,73		3 721 097,76	4 857 497,14	

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

O município sempre que identifique um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo deve proceder ao seu reconhecimento como um

rendimento, exceto nos casos em que também tenha procedido ao reconhecimento do mesmo influxo como um passivo. A redução da quantia escriturada do passivo reconhecido, bem como o reconhecimento de uma quantia de rendimento igual a essa redução, ocorre logo que uma entidade satisfaça uma obrigação presente reconhecida como um passivo com respeito a um influxo de recursos proveniente de uma transação sem contraprestação.

Deverá reconhecer o respetivo rendimento, quando reconhecer um aumento no ativo em consequência de uma transação sem contraprestação. Caso tenha reconhecido um passivo relativamente ao influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, deve reduzir subsequentemente o passivo e reconhecer o rendimento, uma vez que ocorre o acontecimento tributável ou é satisfeita a condição. Não deve ser reconhecido como um passivo nem como um rendimento, se um influxo de recursos satisfizer a definição de contribuições dos proprietários.

O momento do reconhecimento do rendimento é determinado pela natureza das condições e respetivo cumprimento.

As transações sem contraprestação subdividem-se, essencialmente, em impostos e transferências. Os impostos caracterizam-se por benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

O rendimento mais significativo diz respeito ao Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), deste imposto também se recebe a compensação do Decreto-Lei nº482024 referente ao valor do IMT Jovem.

É pertinente também fazer-se alusão às transferências e subsídios de capital que advêm maioritariamente da União Europeia (via Estado), mas também do próprio Estado, a título de financiamentos não reembolsáveis para aquisição de ativos, dado que quando, concomitantemente, os ativos em causa se encontram a ser depreciados/amortizados no Município e todas as condições impostas pela Autoridade de Gestão para atribuição e gestão de verbas se encontram cumpridas, há lugar à entrada de tais verbas no Património Líquido ao reconhecimento do ganho nos resultados, na

proporção dos anos de vida útil que os ativos em causa merecerem. Sob as citadas circunstâncias, as verbas rececionadas cujas condições se encontram cumpridas encontram-se refletidas na conta “PCM 5931”, no valor de 11.782.564,90 €, cifrando-se a respetiva imputação dos ganhos nos resultados de 2025 em 762.040,29 €.

Relativamente às quantias de rédito provenientes de transações sem contraprestações, reconhecidas durante o período em causa, as mesmas encontram-se evidenciadas no quadro abaixo, onde estão indicadas as quantias recebidas e por receber no período subdivididas pelas respetivas classes.

Quadro 14.1 – Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos					
Derrama	894,30		35,73		
Imposto municipal sobre imóveis	20 337 619,15		19 421 095,00	20 337 787,00	
Imposto único de circulação	2 059 690,69		130 336,88	157 604,46	
Outros	572,91				
Impostos indiretos					
Impostos indiretos específicos das					
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	33 376 251,02		2 489 689,56	2 545 167,51	
Transferências e subsídios correntes obtidos					
Estado	16 245 281,00				
Imposto municipal sobre transmissões onerosas imóveis JOVEM				89 931,40	
Lei nº50/2018 Saúde			22 163,00		
FFD-Educação-Pessoal Não Docente				150 470,00	
Participação do IVA				56 440,00	
Escarpão			540 000,00		
fugas			85 000,00		
Resto do Mundo	142 240,96				
Serviços e Fundos Autónomos					
Administração Local					
Reversões					
De provisões	6 948,60				
Outros rendimentos					
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	726 446,06				
TOTAL	72 895 944,69		22 688 320,17	23 337 400,37	

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No âmbito da NCP 15 – Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes, importa divulgar o seguinte:

Ponto 1 – Provisões

O quadro seguinte evidencia os movimentos realizados nas rubricas de provisões, acima referidos.

Quadro 15.1 – Provisões

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	3 210 681,13	1 384 667,79			1 384 667,79		6 947,00		6 947,00	4 588 401,92
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões	2 450 011,05						1,60		1,60	2 450 009,45
Total	5 660 692,18	1 384 667,79			1 384 667,79		6 948,60		6 948,60	7 038 411,37

- A quantia escriturada no início do período era de 5.660.692,18 € e no fim do período é de 7.038.411,37 €;
- Procedeu-se uma diminuição de provisões para processos judiciais em curso de 6.947,00€.

Ponto 2 – Descrição das provisões

- As provisões inerentes a processos judiciais em curso correspondem ao valor da responsabilidade financeira estimada, apurada com base em relatórios sumários sobre os

processos judiciais em curso, fornecido pelas entidades responsáveis que gerem os processos de contencioso do município, onde foram identificados processos judiciais com razoável e muita probabilidade de desfecho desfavorável para o município, com contingência financeira possível de ser efetivada em 2025.

- b) Procedeu-se à redução do valor expetável de perda de outras provisões referente ao processo 403/21, no valor de 6.947,00 € em diminuições;
- c) De modo a acautelar a possível devolução da Taxa Municipal de Proteção Civil, que se manteve suspensa no exercício findo, manteve-se a totalidade da provisão constituída em 2018, não sofrendo alterações.
- d) Excecionalmente foram criadas provisões para processos judiciais em curso no valor de 1 384 667,79€;
- e) Atendendo a que a tramitação dos processos em tribunal é muito morosa, não é possível determinar o momento da ocorrência de efluxos.

Apresenta-se de seguida o mapa detalhado com descrição e montantes dos processos judiciais em curso com risco médio/alto de potenciar efluxos:

Tribunal	Processo	Descrição	Responsabilidades e Contingências	Montante total do encargo	Risco - Perda
Trib.Central Admin.Sul	209/10	Recurso (Acç.Administr.Ordin.)Indem pavim Estr. Medronheira/Cam. Zefa/R.Ladeira	538 642,00	538 642,00	Alto
Trib. Administr. F. Loulé	339/14	Acç.Admin.Comum - Indemnização (protocolo Corcova da / Rotunda da Balaia)	416 862,00	416 862,00	Alto
Trib. Administr. F. Loulé	714/18	Acção Administrativa - Pagamento de suplemento remuneratório	1 383,20	1 383,20	Alto
Trib.Administr.F. Beja	373/20	Acção Administrativa - Condenação a pagamento de diferenças remuneratórias	indeterminado	indeterminado	Alto
Trib. Administr. F. Loulé	391/20.7 BELLE e 391/20.7 BELLE-R1	Acção Administrativa Comum	220 000,00	75 000,00	Alto
Trib. Administr. F. Loulé	403/21	Acção Administrativa - Sinistro (indemnização)	8 597,00	1 650,00	Alto
Trib. Administr. F. Loulé	687/24	Acção Administrativa Reposição equil. financeiro empreit. R.Santo António	123 213,00	55 350,99	Alto
Trib. Administr. F. Loulé	863/25	Impugnação judicial Impugnação liquidação de taxas edificação	670 412,00	670 412,00	Alto
Juízo Local Cível Albufeira	21074/25	Acç.Espec.Cumpr.Obrig.Pecun.Cobrança fatura Hotel	1 200,00	1 200,00	Alto
Trib. Administr. F. Loulé	79889/25	Contencioso pré-contratual Impugnação adjudicação concurso fornecimento	indeterminado	indeterminado	Alto
Trib. Administr. F. Loulé	583/26	Contecioso pré-contratual Impugnação não adjud. conc. Serviços	indeterminado	indeterminado	Alto
Trib.Central Admin.Sul	137/06	Acç.Admin.Comum - Demolição de moradia., Falésia (indemnização)	2 100 000,00	2 100 000,00	Médio
Trib.Central Admin.Sul	127/09	Acç.Admin.Comum - Concurso Táxis 2001 (indeminzação)	387 988,00	2 304,00	Médio
Trib.Central Admin.Sul	299/12	Recurso (Acç.Administr.Espec.)Impugnação concurso Diretor DPGU 2011/2012	indeterminado	indeterminado	Médio
Trib.Central Admin.Sul	536/12	Acção Administrat. Especial - Impugnação demissão (disciplinar)	5 000,00	5 000,00	Médio
Trib.Central Admin.Sul	224/13	Acç.Admin.Comum - Empreitada Escadas Rua 25 Abril, Olhos de Água	27 249,54	0,00	Médio
Trib. Administr. F. Loulé	109/17	Acção Administrativa Indeminização sinistro Ferreiras	23 954,00	23 954,00	Médio
Administrativo F. Loulé	373/17	Proc. Comum (pós-injunção) - Cobrança, empreitada iluminação Estádio Municipal	393 562,00	393 562,00	Médio
Trib. Administr. F. Loulé	418/17	Acção Administrativa - Indeminzação (embargo)	30 000,01	30 000,01	Médio
Trib. Administr. F. Loulé	259/18	Acção Administrativa - Indemnização por acidente de trabalho	33 000,00	33 000,00	Médio
Trib. Administr. F. Loulé	296/16	Acção Admin.Comum - Factura de certificação de contas 2014	6 248,00	6 248,00	Médio
Trib. Administr. F. Loulé	253/21	Acção Administrativa - Indemnização (rotura de conduta de água)	38 791,46	38 791,46	Médio
Trib. Administr. F. Loulé	255/21	Acção Administrativa - Indemnização (rotura de conduta de água)	99 933,46	99 933,46	Médio
Trib. Administr. F. Loulé	697/21	Acção Administrativa - Sinistro (indemnização)	30 588,00	20 000,00	Médio
Trib. Administr. F. Loulé	721/21	Acção Administrativa - Indemnização (rotura de conduta de água)	46 229,00	46 229,00	Médio
Trib. Administr. F. Loulé	346/23	Acção Administrativa - Indem. Queda sumidouro águas pluviais	12 469,80	12 469,80	Médio
Trib. Administr. F. Loulé	834/24	Acção Administrativa - Indemnização queda em rampa de pavimento	26 900,00	6 410,00	Médio
Trib. Administr. F. Loulé	974/25	Acção Administrativa Indeminização acidente equipamento escolar	14 000,00	10 000,00	Médio

5 256 222,47

4 588 401,92

Ponto 3 – Passivos contingentes

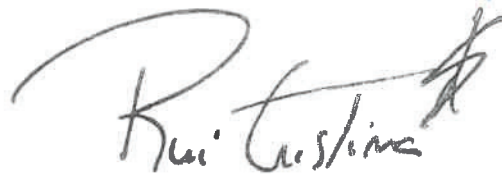
Apresenta-se de seguida o mapa detalhado com descrição e montantes dos processos judiciais em curso com risco baixo de potenciar exfluxos.

Tribunal	Processo	Descrição	Responsabilidades e Contingências	Montante total do encargo	Risco - Perda
Serviço Estr. Fronteiras	26/DRA/08	Contra-ordenação / Recurso - Coima (trabalhadores estrangeiros empreit. municipal)	2 000,00	2 000,00	Baixo
Trib. Administr. F. Loulé	846/09.4 BELLE-A e 846/09.4 BELLE-A-S1	Anulação ou declaração de nulidade de atos administrativos	30 000,01	30 000,01	Baixo
Trib. Administr. F. Loulé Tribunal Cent. Admin. Sul Supremo Trib. Administ.	820/11.0 BELLE	Acção Administrativa (Impugnação de Atos Administrativos)	0,00	0,00	Baixo
Trib. Administr. F. Loulé	535/19.1 BELLE	Acção Administrativa Comum	30 000,01	30 000,01	Baixo
Trib. Administr. F. Loulé	540/19.8 BELLE	Acção Administrativa Comum	30 000,01	30 000,01	Baixo
Trib. Administr. F. Loulé	577/19.7BELLE e 577/19.7 BELLE-S1	Acção Administrativa Comum	30 000,01	30 000,01	Baixo
Trib. Administr. F. Loulé	614/19.5 BELLE	Acção Administrativa Comum	30 000,01	30 000,01	Baixo
Trib. Administr. F. Loulé	240/20.6 BELLE	Acção Administrativa Comum	30 000,01	30 000,01	Baixo
Trib. Central Admin. Sul	471/19.1 BELLE	Acção Administrativa Comum	30 000,01	30 000,01	Baixo
Trib. Administr. F. Loulé	455/22.2	Acção Administrativa - Processo de Reposição Urbanística	30 000,01	30 000,01	Baixo
Trib. Administr. F. Loulé	650/22.4	Acção Administrativa - Processo administrativo de obras	30 000,01	30 000,01	Baixo
			272 000,09	272 000,09	

Da análise efetuada e da informação prestada, o risco de perda destas ações é baixo e o desfecho das mesmas não afetará de forma material a posição financeira do Município, pelo que os processos desta natureza cujas perdas foram estimadas como baixas, não requerem a constituição de provisões e são periodicamente reavaliados.

Ponto 4 – Ativos contingentes

No decurso do ano 2025 não se verificaram ativos contingentes.



Nota 17 – Acontecimentos após a data do relato

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do mesmo, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras.

Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Após a data do balanço, no final do mês de fevereiro de 2026, registou-se o agravamento do conflito no Irão, originando um aumento acentuado da instabilidade geopolítica e, consequentemente, uma subida significativa nos preços internacionais dos combustíveis e consequentemente de outros produtos e serviços. Atendendo à natureza da Entidade, este acontecimento poderá influenciar os gastos orçamentados para o ano de 2026. Contudo, por se tratar de um evento ocorrido após o encerramento do exercício e que não fornece evidência de condições existentes à data do balanço, o mesmo é classificado como evento subsequente não ajustável. À data de aprovação das demonstrações financeiras, não é possível estimar com fiabilidade o potencial impacto financeiro deste evento.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota 18 – Instrumentos financeiros

Políticas contabilísticas e bases de mensuração

Os instrumentos financeiros foram valorizados de acordo com os seguintes pressupostos:



a) Ativos financeiros:

- As participações de capital foram mensuradas ao custo de aquisição e subsequentemente pelo seu valor nominal que corresponde ao custo menos perdas por imparidade. No final do período de relato são analisados todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados, com vista a analisar quanto à existência de evidência objetiva de que não são recuperáveis, caso assim seja será reconhecida a respetiva perda por imparidade.

b) Passivos financeiros:

- Foram registados pelo seu justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado.

Quantia escriturada dos ativos financeiros

Os ativos financeiros, em 31 de dezembro de 2025, encontravam-se escriturados da seguinte forma:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Caixa e seus equivalentes:										
Caixa	5 569,94				1 398,64					6 968,58
Depósitos bancários	53 475 901,48								990 965,16	52 484 936,32
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:										0,00
Ativo não Corrente										0,00
Participações financeiras - custo	3 642 552,00									3 642 552,00
Ativo Corrente										0,00
Clientes, contribuintes e utentes	3 336 965,01								777 339,69	2 559 625,32
Outras contas a receber	29 735 833,21				789 331,71					30 525 164,92
TOTAL	90 196 821,64	0,00	0,00	0,00	790 730,35	0,00	0,00	0,00	1 768 304,85	89 219 247,14

Quantia escriturada dos passivos financeiros

Os passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2025, encontravam-se escriturados da seguinte forma:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros	Liquidações	Perdas de justo valor	Outros	
Passivos financeiros mensurados ao custo								
Passivo Não Corrente								
Financiamentos obtidos	4 551 570,49			5 423 935,67			857 342,44	9 118 163,72
Outras contas a pagar	546 733,20							546 733,20
Passivo Corrente								
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	9 047 857,95						860 099,92	8 187 758,03
Fornecedores	3 271 211,35			2 956 019,76				6 227 231,11
Financiamentos obtidos	857 342,38			0,02				857 342,40
Fornecedores de investimento	584 342,35			998 607,38				1 582 949,73
Outras contas a pagar	7 484 683,28			1 855 628,04				9 340 311,32
TOTAL	26 343 741,00	0,00	0,00	11 234 190,87	0,00	0,00	1 717 442,36	35 860 489,51

A política contabilística adotada no âmbito dos empréstimos bancários consta na nota 7 – Custos dos empréstimos obtidos.

O aumento mais significativo na rubrica ‘Financiamentos obtidos’ prende-se com as libertações de verbas no âmbito do empréstimo para o investimento contraído a 10/01/2024, cujo período de carência decorre até janeiro de 2027, implicando apenas o pagamento dos respetivos juros durante esse período.

Aquando da assunção dos passivos financeiros, que constam no quadro abaixo apresentado, foram cumpridas as disposições estabelecidas relativas ao regime de crédito dos municípios previsto nos diplomas legais vigentes à data da contratação dos mesmos.

Quantia escriturada de outros investimentos financeiros

RUBRICAS	Fração do capital detido à data do relato	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
			Compra	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Participações de capital - ao custo											
ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	84.900 ações	424 500,00									424 500,00
Águas do Algarve, SA	289.270 ações	1 446 350,00									1 446 350,00
FAM - Fundo de Apoio Municipal	1.769.202 u.p	1 769 202,00									1 769 202,00
Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, SA	100 ações										
Imortal de Albufeira Futebol, SAD	9.976 ações										
Laboratório Colaborativo do Algarve Biomedical Center: soluções integradas para o envelhecimento e rejuvenescimento (ABC COLAB)		2 500,00									2 500,00
TOTAL		3 642 552,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 642 552,00

Nota 19 - Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados compreendem várias formas de remuneração e vantagens oferecidas aos trabalhadores municipais em troca dos seus serviços e incluem, entre outros, salários, contribuições, subsídios de férias e de Natal, ausências, pensões e acidentes de trabalho pagos.

Esses benefícios são reconhecidos e mensurados de forma a assegurar a correta contabilização das obrigações e dos gastos que lhes são associados.

Os trabalhadores municipais foram remunerados em conformidade com as suas funções durante o exercício, ressalvando-se que o direito a férias e ao respetivo subsídio, dado coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos e devidamente especializados.

Segue-se uma desagregação sucinta da rubrica de Gastos com Pessoal, a qual inclui os gastos inerentes aos membros de órgãos autárquicos, respeitante a 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Gastos com Pessoal	2025	2024
Remunerações dos membros de órgãos autárquicos	216 909,07	213 310,03
Remunerações do pessoal	25 195 178,63	23 142 819,56
Encargos sobre remunerações	5 808 265,41	5 681 922,74
Acidentes no trab. e doenças profissionais	442 308,88	244 122,71
Outros gastos com o pessoal	29 154,92	219 493,45
Outros encargos sociais	1 085 241,97	1 076 735,51
Total	32 777 058,88	30 578 404,00

Tendo em conta o número de trabalhadores, constata-se que o aumento do valor com gastos com o pessoal de 2024 para 2025 deveu-se basicamente aos aumentos e progressões salariais determinados por lei, bem como à ocupação de novos postos de trabalho.

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

➤ Freguesias

Transferências de Recursos Financeiros para as Freguesias

DESCRIÇÃO	ALBUFEIRA E OLHOS DE ÁGUA	FERREIRAS	GUIA	PADERNE	TOTAL
Acordo de Transferência de Recursos					
- Despesas correntes	878 293,00	402 684,00	380 793,00	355 738,00	2 017 508,00
- Despesas de capital	78 650,00	1 820,00	2 990,00	1 950,00	85 410,00
Sub-Total	956 943,00	404 504,00	383 783,00	357 688,00	2 102 918,00
Contratos interadministrativos					
- Despesas correntes	411 980,00	256 831,00	245 649,00	234 025,00	1 148 485,00
Sub-Total	411 980,00	256 831,00	245 649,00	234 025,00	1 148 485,00
TOTAL	1 368 923,00	661 335,00	629 432,00	591 713,00	3 251 403,00

Durante o ano 2025 foram efetuadas as transferências de recursos financeiros para as Freguesias de acordo com o quadro acima, estando esta informação apresentada de forma mais detalhada no documento 4 e 5 do Anexo A.5.

Quadro 20.2 – Transações entre partes relacionadas

[Assinatura]

Denominação	Natureza da entidade	NIPC	%
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Não societária	501 627 413	0,32
AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho	Não societária	508 038 430	1,17
CI - AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve	Não societária	502 971 096	6,25
ALGAR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	Societária	503 600 270	5,66
Águas do Algarve, SA	Societária	505 176 300	4,85
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Fundo	513 319 182	0,42
Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, SA	Societária	503 420 360	0,36
Imortal de Albufeira Futebol, SAD	Societária	505 300 168	10,00
Laboratório Colaborativo do Algarve Biomedical Center: soluções integradas para o envelhecimento e rejuvenescimento (ABC COLAB)	Societária	514 997 133	5,00

➤ **ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A**

A empresa Algar – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., com sede em Barros de São João da Venda, 8135-026 Almancil, foi constituída formalmente pela publicação do Decreto-Lei nº 109/95, de 20 de maio.

O capital social da empresa em 2017 é de 7.500.000,00 €, correspondendo a 1.500.000 ações de valor nominal de 5,00 € cada.

O município detém 84.900 ações da classe A, correspondendo a 5,66% do capital social, equivalente a 424.500,00 € que se encontram depositadas na Caixa Geral de Depósitos.

Da análise do relatório e contas referente ao ano de 2025, salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de 97.526.406,96 €, o Capital Próprio é de 19.916.894,95 € o Volume de Negócios é de 43.826.958,77 € e o Resultado Líquido é de 3.142.348,00 €.

➤ **Águas do Algarve, S.A**

A empresa Águas do Algarve, S.A., com sede em Faro na Rua do Repouso n.º 10, código postal 8000 – 302, é uma Sociedade Anónima de direito privado e capitais maioritariamente públicos criada pelo Decreto-Lei n.º 168/2000, de 5 de agosto, e surgiu por fusão das Sociedades Águas do Sotavento Algarvio, S.A e Águas do Barlavento Algarvio, S.A. Essas sociedades foram constituídas, respetivamente, pelo Decreto-Lei n.º 130/95, de 5 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 136/95, de 12 de junho, com a responsabilidade pelo cumprimento dos dois contratos de concessão outorgados em 10 de agosto de 1995 com o Estado Português, relativos aos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água ao Barlavento e ao Sotavento Algarvio, criados pelo Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro.

Com a criação do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, através do Decreto-Lei n.º 167/2000, de 5 de agosto, foi atribuída à Sociedade a concessão da exploração e gestão do referido sistema pelo Decreto-Lei n.º 172/B-2001, de 26 de maio, e celebrado o contrato de concessão entre o Estado Português e a empresa em 26 de maio de 2001.

Em 8 de novembro, e com a publicação do Decreto-Lei n.º 285/2003, foi criado o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, resultante da fusão dos sistemas do Barlavento e do Sotavento.

Em 7 de fevereiro de 2005, foi assinado o contrato de concessão relativo à fusão dos dois sistemas Multimunicipais do Barlavento e Sotavento Algarvio, entre o Estado Português e a Águas do Algarve, S.A.

O objeto social da Sociedade é “a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve”.

O capital social realizado à data de 31 de dezembro de 2014, era de 29.290.875,00 €, correspondendo a 5.858.175 ações de valor nominal de 5,00 € cada. Em 31 de dezembro faltava realizar 534.125,00 € relativos ao aumento de capital social.

Este município detém, no âmbito dos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água, 119.520 ações, que se encontram depositadas na Caixa Geral de Depósitos,

sendo 60.980 ações da classe A e 58.540 da classe B, correspondendo a 4,85% do capital social no valor de 597.600,00 €.

Relativamente ao Sistema Multimunicipal de Saneamento, a empresa Águas do Algarve informou esta autarquia de um aumento de capital social da sociedade em 16.367.850,00 €, a realizar em 2003 (30%), 2004 (35%) e 2005 (35%).

Com efeito, em Assembleia Geral de 19 de março de 2003, foi deliberado o aumento do respetivo capital social, resultante da concessão à empresa, do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve. A repartição do capital social pelos diferentes municípios atendeu às percentagens originárias das sociedades Águas do Sotavento e Barlavento Algarvio, o que equivale para esta autarquia a 169.750 ações, cada uma no valor de 5,00 €, perfazendo um total de 848.750,00 € (5,19%), valor este que ficou totalmente realizado em 2005.


Neste contexto, o Município de Albufeira detém 289.270 ações no valor total de 1.446.350,00 €, o que equivale a 4,85% do Capital Social da empresa.

Da análise do relatório e contas referente ao exercício de 2025, salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de 551.236.960,00 €, o Volume de Negócios é de 65.408.711,00 €, o Capital Próprio é de 38.159.188,00 € e o Resultado Líquido é de 2.074.122,00 €.

➤ **FAM – Fundo de Apoio Municipal**

Com a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2018 (Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro), foi alterado o artigo 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, determinou-se a redução da subscrição do capital social do FAM, reajustamentos efetuados no ano 2018, pelo que em 2019 o montante em dívida corresponde ao valor a liquidar em 2020, no valor de 98.289,00 € tendo ficado totalmente regularizado a 31 de dezembro de 2020.

Foi dado entrada no ano 2024 de dividendos no montante de 43.915,80 €, relativamente à distribuição de resultados do FAM - Fundo de Apoio Municipal, referentes aos anos 2020 e 2021.



➤ **IMORTAL DE ALBUFEIRA FUTEBOL, S.A.D.**

O Imortal de Albufeira Futebol, S.A.D., com sede no Estádio Municipal de Albufeira, tem como objetivo principal a participação na modalidade de futebol em competições desportivas de carácter profissional, a promoção e organização de espetáculos desportivos e o desenvolvimento de atividades relacionadas com a prática desportiva profissionalizada da modalidade de futebol.

O município detém 9.976 ações da categoria B nominativas, cada uma no valor de 5,00 €, o que perfaz um total de 49.880,00 €.

Tendo em conta que a entidade não disponibiliza os elementos referentes ao relatório e contas de 2003 a 2021, analisaremos de seguida os dados referentes ao exercício de 2002, em traços gerais, uma vez que se trata de dados pouco recentes.

Da análise do relatório e contas referente ao ano de 2002, salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de 5.007.244,50 €, o Capital Próprio é de 1.606.163,57 €, sendo o Resultado Líquido do Exercício negativo em 518.880,56 €.

Não dispomos de mais informação relativamente aos relatórios e contas de anos anteriores.

➤ **GLOBALGARVE - Cooperação e Desenvolvimento, S.A.**

A empresa Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, S.A., com sede na Rua Dr. José de Matos, nº 56 – 8000-502 Faro, é uma Sociedade Anónima com capitais maioritariamente públicos.

O objeto social da Sociedade é promover e executar ações relacionadas com o desenvolvimento endógeno, nomeadamente, estudos e planificação, desenvolvimento ou gestão de infraestruturas, valorização de recursos, serviços a empresas, serviços a coletividades territoriais, ações de formação e ações internacionais, como participação em organizações da União Europeia e cooperação. Para a realização do seu objeto social, a sociedade visa ainda, a promoção e execução de projetos subvencionados ou não, destinados ao reforço das infraestruturas de apoio ao desenvolvimento local, à criação de ações de valorização / revalorização do potencial económico endógeno da região e ao desenvolvimento de estruturas interinstitucionais para a concretização de ações, visando o aproveitamento e potenciação de recursos (centro de empresas / inovação e negócios, ninhos de

empresas e / ou instalações de mudança de escala, instalações de mudança de escala, instalações para produções coletivas de pequena escala, polos ou parques tecnológicos ou científicos, parques de mercadorias, Indústria e Serviços, Oficinas Tecnológicas). Aspira, igualmente, aquela sociedade, para a realização do respetivo objeto social, a promoção e execução de projetos interinstitucionais, de informação, formação e desenvolvimento económico; a promoção dos recursos da região, dentro e fora do território nacional; promoção e execução de projetos de cooperação regional, no âmbito internacional, de resultados económicos, sociais e culturais.

O capital social da empresa em 2011 é de € 279.500,00 €, dividido em ações com o valor nominal de 10,00 € cada uma, nos termos do constante dos respetivos estatutos.

Atento nos objetivos e fins prosseguidos pela referenciada sociedade, assim como nas múltiplas ações por aquela desenvolvidas em cumprimento do respetivo objeto social, subscreveu este Município de Albufeira o capital social daquela e, dessa forma, passando a integrar a mesma como acionista, mediante a subscrição de 100 ações nominativas, num valor total de 1.000,00 €, representativo de 0,36% do Capital Social.

Tendo em conta que a empresa Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, S.A., encontra-se em liquidação e em processo de insolvência, os últimos elementos que dispomos são o relatório e contas referente ao exercício de 2011, salientando-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de 1.104.693,93 €, o Volume de Negócios é de 102.170,17 €, o Capital Próprio é negativo em 160.637,29 € e o Resultado Líquido é negativo em 97.827,97 €.

Não dispomos de mais informação relativamente aos relatórios e contas de anos anteriores.

Nota 21 – Fornecimentos e Serviços Externos

Como parte relevante da despesa municipal, apresenta-se uma decomposição da rubrica Fornecimentos e Serviços Externos, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme segue:

Fornecimentos e Serviços Externos	2025	2024
Subcontratos e parcerias	17 525 762,84	14 902 508,22
Serviços especializados	9 477 970,37	7 581 789,19
Materiais de consumo	1 743 112,22	1 955 619,66
Energia e fluidos	2 896 011,88	2 145 855,48
Deslocações, estadas e transportes	513 375,69	180 924,22
Serviços diversos	9 109 541,24	8 414 628,17
Total	41 265 774,24	35 181 324,94

Comparativamente, as variações mais significativas a assinalar entre anos encontram-se em “Subcontratos e parcerias” e em “Serviços especializados”, devendo-se fundamentalmente, no primeiro caso, aos encargos decorrentes da aprovação de um acordo modificativo do contrato para prestação de serviços de recolha, transporte de resíduos urbanos e limpeza urbana no Município de Albufeira e, no segundo caso, aos gastos incorridos para fazer face a necessidades municipais diversas.

Outras divulgações:

Importa referir que as rubricas do Ativo, “clientes, contribuintes, utentes e “Caixa e Depósitos” , na sequência de valores cobrados através de débito direto que ficavam pendentes em anos anteriores no banco enquanto decorria o prazo de reclamação que os clientes/utentes dispunham, no ano de 2025, derivado a novas funcionalidades que passam a estar disponíveis nas aplicações informáticas, intervenientes neste processo, apenas se encontra por arrecadar a receita relativa a faturas do último mês do ano.

Ressalva-se que, no que diz respeito às transferências e subsídios de capital (verbas não reembolsáveis advindas de entidades externas ao Município para aquisição de ativos fixos tangíveis e intangíveis), é respeitada a FAC 42 da CNC – Comissão de Normalização Contabilística, sendo que as transferências obtidas são inicialmente lançadas na conta financeira “2822 – Diferimentos – Rendimentos a reconhecer – Transferências e subsídios de capital obtidos com condições”, onde, por uma questão de prudência, só serão saldadas e reconhecidas quando, cumulativamente, os ativos a que respeitam já se encontram a ser depreciados/amortizados no Município, bem como todas as condições impostas

pela Autoridade de Gestão são consideradas cumpridas, razão pela qual a conta PCM – 2822 apresenta saldos que virão a ser transferidos para o Património Líquido (PCM – 59) e, consequentemente, virão a ser reconhecidos anualmente, na devida proporção, como ganhos do exercício (PCM – 788).



Nota final

As notas e os quadros cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Albufeira ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.